

**Intervenção do Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau,
Raimundo Pereira**

O tema que agora vou dedicar alguns minutos é deveras apaixonante e bastante actual, porque desde sempre acompanhou a sociedade no seu processo de evolução, trata-se da **cooperação e o desenvolvimento** ou se quisermos **cooperação para o desenvolvimento: Instrumento fundamental para a promoção e consolidação da paz, da democracia, da justiça e da redução da pobreza.**

O modelo capitalista de desenvolvimento, hoje, adoptado pela esmagadora maioria dos países, sofre alguma crítica de uns tempos a esta parte e parece até dar sinais de uma certa descrença por parte dos países, por isso, tornou-se urgente começar a indagar quais são as soluções para erguer uma política de desenvolvimento económico sustentado, ainda que dentro do mesmo modelo.

Ora, para fazer face a esta realidade, os especialistas e alguns países têm dedicado alguma atenção ao assunto. Entre as várias soluções ensaiadas a que parece mais ponderada é a do desenvolvimento colectivo a partir do desenvolvimento local sustentado, ou seja deve-se procurar atingir um desenvolvimento que engloba a componente populacional, social, económico e ambiental de forma integrada, porque é preciso reduzir o grande fosso entre o discurso político e o plano prático.

Neste particular como os Estados revelam acentuadas assimetrias no seu grau de desenvolvimento económico, a cooperação internacional toma lugar como instrumento eficaz para reduzir as diferenças e possibilitar a implementação da estratégia acabada de referenciar.

É desta forma que esta cooperação deve assentar numa política de crescimento económico integrada e numa estratégia de

distribuição de rendimentos, vista como condição indispensável para a consolidação e sustentabilidade da democracia.

O que quer significar por outro lado que, o horizonte social e cultural do homem deve tornar-se o epicentro de toda a política de cooperação para o desenvolvimento.

A cooperação entre os países deve, para atingir este desiderato, virar-se para a promoção das iniciativas das pessoas, permitir a transferência do saber e experiências entre os indivíduos do espaço cooperativo, para assim permitir com que as pessoas, para além de participarem na dinâmica do processo, ganhem confiança em si e nos outros.

Creio que não é difícil, com isso, afirmar que devemos, com este espaço comunitário, tentar atingir mais a população, na sua qualidade de quem representamos como elemento primário e destinatário final desta cooperação.

A crise global que atinge a todos, uns mais que outros, trouxe à ribalta um fenómeno que persistiu latente ao longo deste tempo todo: o reconhecimento da África como uma plataforma segura para o desenvolvimento económico do nosso planeta. O continente deixou de ser visto como lugar de extracção de matérias-primas para passar a ser encarado como mercado de cooperação e de criação de riqueza tal como os outros pontos do globo.

Creio que, sendo esta a realidade actual, é despiciendo exortar para a necessidade de estreitar mais os nossos laços de cooperação, atribuindo maior atenção á componente desenvolvimento económico nos objectivos desta nossa comunidade lusófona.

Integram esta comunidade países africanos com importantes recursos, das mais variadas espécie e ordem que, associados a tecnologia e experiência dos seus Estados mais desenvolvidos, podem potenciar riquezas suficientes para aliviar a situação de pobreza em que se encontra algumas das nossas populações.

Sendo missão de cada um dos Estados desta organização lutar pela erradicação da pobreza, conforme está, e sempre esteve presente nos objectivos do milénio, devemos saber tirar proveitos das potencialidades de cada um dos nossos Estados em benefício do desenvolvimento económico.

Nesse particular o Brasil notabilizou-se mundialmente nesta luta sem tréguas contra a pobreza ao conseguir no espaço de oito anos reduzir significativamente o número de pobre no seu país, experiência que pode ser transmitida e servir para os países da nossa comunidade.

Não constitui novidade esta constatação, porque a proposta forma de interagir está na origem da nova orientação política de cooperação entre os Estados, adoptada desde finais da década de 60. Nesta altura, já se tinha chegado a conclusão de que um lugar particular deve ocupar a cooperação entre países em vias de desenvolvimento, cujo modelo podemos adoptar neste nosso espaço comunitário.

O intercâmbio de conhecimentos e de experiências entre os nossos países pode contribuir grandemente na solução de alguns problemas locais de cada um dos nossos Estados, daí entender que este espaço comunitário pode servir de meio para fortalecer esta dinâmica.

A livre circulação de pessoas e bens, intenção ainda rodeada de alguns condicionalismos, poderá representar um assinalável ganho neste sentido. Permitirá a melhor comunicação entre os

povos, troca de experiências e desenvolvimento das capacidades intelectuais e culturais, assim como facilitará o aumento de trocas comerciais, condições propícias para o aumento da riqueza.

Tendo em atenção que um dos maiores contribuintes da instabilidade é a pobreza, erradicá-la é requisito indispensável para atingir uma democracia estável e contributiva para o bem-estar das populações.

Neste momento, temos que ter uma maior preocupação com a questão da fraqueza dos Estados e conseqüentemente a pobreza que nelas reina. A pobreza é um factor de tensões sociais e actualmente uma grande ameaça à segurança interna dos países, porque torna-os muito vulneráveis a criminalidade transnacional organizada, nomeadamente, ao terrorismo internacional, ao tráfico de drogas e de seres humanos.

Muito dos nossos países conhecem hoje grandes dificuldades para enfrentar situações de criminalidade internacional, uma vez que comportam a utilização de meios extremamente sofisticados e aplicação de elevados meios financeiros.

Por conseguinte, só com a cooperação entre os Estados poderemos criar as condições necessárias para fazer face a estes fenómenos e executar com eficácia as medidas concretas para superar esses crimes, de forma a permitir o funcionamento normal das instituições do Estado, factor primordial para o desenvolvimento de uma nação.

O reforço da democracia e do estado de direito, da administração do estado, isto é, do poder dos Estados, são condições *sine qua non* para o desenvolvimento, portanto, devemos aprofundar os mecanismos de intercâmbio de

conhecimentos e de informações de modo a melhorar e fortalecer os estados dentro da nossa comunidade.

Existe uma necessidade profunda de adoptarmos, em conjunto, instrumentose formas de promoção e protecção dos direitos humanos, mecanismosde prevenção dos conflitos e de redução de corrupção no aparelho de Estado, para tornar os Estados mais fortes no seio da comunidade. Por outro lado, urge procurar respostas às fraquezas estruturais que ainda existem em muito dos nossos estados membros.

Portanto, para que haja um desenvolvimento económico sustentável é necessário que tenhamos uma boa governação, uma democracia funcional e uma justiça que responde os anseios da população.

Elencados alguns elementos para a edificação de um Estado forte, devemos porém, associar a eles outros instrumentos complementares para a estabilidade dos nossos Estados. Um deles é o reforço do investimento dos estados mais fortes nos esforços de desenvolvimento dos mais fracos, o reforço das relações económicas e criação de mecanismos de intercâmbio de experiências permanente.

A CPLP pode constituir um espaço importante nesse reforço de investimento e de estreitamento de laços económicos entre os Estados membros, uma vez que detém condições propícias no seu seio para os impulsionar, ainda mais por se tratar de instrumento central na cooperação lusófona.

Por outro lado, a CPLP deve continuar a desempenhar o seu papel na prevenção e gestão de situações de conflitos e instabilidade nos Estados membros, com aliás já fez nos conflitos político-militares no nosso país.

No que toca ao fortalecimento do estado de direito democrático, a CPLP continua a ter um papel fundamental, principalmente no que concerne à sua intervenção nos processos eleitorais, nomeadamente, no apoio aos actos eleitorais, na sua fiscalização, na formação e capacitação dos quadros técnicos dos Estados membros.

Não obstante essas intervenções de relevo, é necessário continuar, como atrás foi dito, com o processo de desenvolvimento económico, porque só a partir deste poderemos ter uma comunidade estável e fortalecida.

Mas a construção de uma comunidade lusófona forte e presente em diversos domínios da nossa vida económica, política e social deve contar um contributo da Assembleia Parlamentar.

A última reunião deu passos significativos no sentido de imprimir maior dinamismo à Assembleia Parlamentar da CPLP para que possa melhor responder à missão que lhe é reservado.

Hoje, é com satisfação que esta III Assembleia Parlamentar vai proceder à institucionalização de Comissões Permanentes, na sequência das deliberações da sessão de Lisboa e de trabalhos realizados pelos Grupos de Trabalho Interparlamentar em Abril deste ano em S. Tomé.

Com a entrada em funções das Comissões Permanentes, a Comissão de Economia, Ambiente e Cooperação poderá dar maior atenção às questões ligadas ao incremento da cooperação económica e ao desenvolvimento no espaço da CPLP e efectuar o necessário acompanhamento, permitindo à Assembleia Parlamentar ter um papel activo na edificação de um espaço que sirva de exemplo e modelo de cooperação e solidariedade.